



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
18/09/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 21

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
18/09/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 21

Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e doze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:50 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Dr. Alberto Filomeno Esteves Cascalho não esteve presente.

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho chegou à reunião pelas 11:00 horas, quando decorria um pequeno intervalo, por ter estado presente no Tribunal Judicial da Marinha Grande, conforme declaração que apresentou e que se anexa à presente ata (**Anexo 3**).

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. 11ª MODIFICAÇÃO - 3ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2012
2. REQ. N.º 1494/12 – PC N.º 166/11 – YUDO EU, LDA.
3. REQ. N.º 1346/12 – PC N.º 241/12 – TECNIFREZA – INDÚSTRIA DE MOLDES, S.A.
4. REQ. N.º 1019/12 – PC N.º 169/12 – ARMÉNIO DOS PRAZERES BATISTA

5. REQ. N.º 1242/12 – PC N.º 22/12 – SANTGM – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.
6. REQ. N.º 1464/12 – PC N.º 222/12 – ARMANDO FERREIRA DOS SANTOS
7. REQ. N.º 1275/12 – PC N.º 57/12 – ARMANDO FERREIRA DOS SANTOS
8. REQ. N.º 1403/12 – PC N.º 184/12 – IGOR JORGE GERMANO PARREIRA
9. REQ. N.º 1496/12 – PC N.º 230/05 – MARIA ANTONIETA GOMES MAGALHÃES
10. REQ. N.º 1506/12 – PC N.º 416/05 – LUÍS MANUEL O CARVALHO MOURÃO
11. REQ. N.º 674/12 – PC N.º 721/07 – PEDRO MIGUEL VIEIRA MARIA DA SILVA
12. HABITAÇÃO SOCIAL – RUA JÚLIO BRAGA BARROS, BLOCO 2, 3.º ESQUERDO – CASAL DO MALTA - TITULAR DO CONTRATO: MARIA HELENA VICENTE PINHEIRO MONTEIRO – RENDAS EM ATRASO – INCUMPRIMENTO DE ACORDOS DE PAGAMENTO DE DÍVIDA – RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO.
13. ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO AOS TITULARES DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 24.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO.
14. PROCESSO DE AQUISIÇÃO Nº 37/2012 – AP/DGF – AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE PARA OS ANOS DE 2012 E 2013 – PROPOSTA A REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE PARA EFEITOS DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO N.º2 DO ART.º 48.º DA LEI N.º2/2007 DE 15 DE JANEIRO
15. FORNECIMENTO CONTÍNUO, POR CARTÃO MAGNÉTICO, DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS PARA A FROTA AUTOMÓVEL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
16. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGUROS PARA O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE PARA O ANO DE 2013 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS

**PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO
ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**

17. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- O **Sr. Presidente** solicitou a apreciação e votação, fora da ordem do dia, de quatro processos de obras particulares, que identificou, o que foi por todos aceite, sendo os mesmos discutidos e votados após a votação dos processos de obras particulares incluídos na ordem do dia da presente reunião.
- O **Sr. Presidente** solicitou ainda a apreciação, também fora da ordem do dia, de mais sete assuntos, que identificou, o que foi por todos aceite, pelo que os mesmos serão discutidos e votados após a conclusão da ordem do dia da presente reunião.
- O **Sr. Presidente** esclareceu as dúvidas legais surgidas com a acumulação de funções da Dr.ª Cristina Simões, como Chefe de Divisão e Diretora do ISDOM, informando que o respetivo pedido já tinha sido feito e que juridicamente não há incompatibilidade nem ilegalidade, tal como se pode comprovar da informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Gestão de Recursos Humanos, que disponibilizou a todos os membros do executivo presentes.
- O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** abordou os seguintes assuntos:
 - ⇒ Reforçou o pedido apresentado anteriormente, relativo à certificação de segurança das balizas colocadas nos recintos desportivos que são da responsabilidade da Câmara;
 - ⇒ Perguntou qual é o ponto de situação relativamente ao alargamento das linhas da TUMG e para quando está previsto, uma vez que já se iniciou o ano escolar;
 - ⇒ Café do Parque Mártires do Colonialismo – referiu que foi informado de que há dois anos teria havido uma proposta de resolução do problema, dirigida à

Câmara, à qual não obtiveram resposta. Pretende saber qual é o ponto da situação, e se se está em vias de chegar a uma solução de entendimento e consenso.

- ⇒ Para quando a resolução da questão que levantou sobre o arranjo do jardim junto à estátua do Stephens;
- ⇒ Os semáforos da Avenida encontram-se avariados há muito tempo;
- ⇒ Houve ou não prejuízos resultantes dos problemas ocorridos no Gabinete de Informática?
- ⇒ Requerimento sobre a auditoria às contas da União de Leiria – o Sr. Vereador fez a leitura do requerimento cujo conteúdo se passa a reproduzir:

“Os eleitos da CDU solicitaram há largos meses ao executivo permanente do PS a apresentação das despesas correntes e de investimento inerentes à vinda da SAD do União de Leiria para o Estádio Municipal da Marinha Grande. Em fase posterior solicitaram a apresentação das despesas de investimento que, segundo afirmações do snr. Presidente da Câmara, também o União de Leiria teria efetuado no Estádio e que naturalmente constituiriam mais valias para o concelho. Numa terceira fase, já com os credores a tentarem levantar o relvado colocado no ACM e como as contas tardassem em chegar, solicitámos a realização duma auditoria.

A demora de meses que se seguiu é do conhecimento geral e não importa agora tecer quaisquer outros comentários.

Até que, o snr. Presidente da Câmara nos entrega um dossier com imensos documentos contabilísticos afirmando “aqui estão as contas”.

Perante tal situação em que só faltou entregarem-nos uma máquina de calcular para obtermos os resultados finais, entendemos que, no mínimo, estávamos perante uma situação de muito mau gosto e desrespeito para com os vereadores da CDU e recusámo-nos a receber assim os resultados daquilo que tínhamos requerido – uma auditoria às contas inerentes à vinda da UDL para a Marinha Grande.

Em fins de Julho o snr. Presidente da Câmara, entrega-nos duas folhas, dizendo “aqui estão as contas”. Imediatamente questionámos sobre a auditoria e foi-nos dito que “isto é a auditoria”.

Numa apreciação imediata, embora naturalmente muito superficial, estranhámos que uma auditoria fosse composta por duas folhas A4, mas enfim, estamos habituados à sintetização do executivo permanente do PS.

As folhas que nos foram apresentadas exigem que façamos as seguintes considerações:

1 – O “documento” não é apresentado em papel timbrado da Câmara e não é assinado nem pelo snr. Presidente da Câmara, nem por nenhum dos vereadores, nem sequer pelo responsável da área financeira da autarquia;

2 – O “documento” a folhas 2 tem uma tímida assinatura que pensamos ser de uma funcionária da Divisão Financeira mas que não se identifica como tal;

3 – Embora para alguns possa parecer uma questão de pormenor, tal ausência de elementos formais essenciais, implica que o “documento” apresentado não é um documento autêntico e como tal não vincula nada nem ninguém e por tal motivo não tem qualquer validade legal;

4 – Esta falta de elementos essenciais poderá eventualmente ser geradora de interpretações diferenciadas, por elementos exteriores à Câmara Municipal;

5 – O “documento” apresentado é um mero plasmear de somatórios contabilísticos, carecendo de total explicação do seu conteúdo, o que o afasta completamente daquilo que se pretendia com a auditoria, isto é, a análise ao pormenor dos custos inerentes à vinda da UDL para a Marinha Grande;

6 – O “documento” é completamente omissivo no que concerne nomeadamente às despesas de água e às despesas com pessoal, sendo que esta última rubrica é sempre bastante onerosa, pois falamos das pessoas necessárias para o funcionamento do Estádio em horários fora do normal funcionamento, para a sua limpeza, conservação, etc;

7 – O “documento” apresenta despesas de energia elétrica irrisórias se comparadas com as despesas de outras instalações desportivas concelhias. Na realidade, despesas de energia eléctrica de cerca de 300 euros mensais com a realização de jogos noturnos, faz-nos despertar, no mínimo, a curiosidade;

8 – Relativamente às despesas de investimento apresentadas de mais de 80.000 euros, sendo: 35.000 euros em cadeiras; 26.000 euros em iluminação; 6.000 euros em regularização do terreno; 7.800 euros em matérias-primas e subsidiárias diversas; 1.700 euros em equipamento eléctrico; 700 euros em balneários e 3.000 euros em trabalhos de tipografia, levam-nos inevitavelmente a questionar, se em tempos difíceis, onde a Câmara PS corta a torto e a direito, estas despesas eram fundamentais e prioritárias para o Concelho. Todos sabemos que não e só foram feitas por exigências de funcionamento do UDL;

9 – De acordo com as folhas entregues, as despesas de investimento não foram as que são apresentadas pois em nota de rodapé, somos informados que estas despesas são “até à presente data, sendo que ainda poderão existir facturas de 2011 por registar.”;

10 – Finalmente importa sublinhar que as folhas entregues (temos de chamar assim porque efectivamente não passam disso), são completamente omissas no que diz respeito às despesas de investimento feitas pelo UDL no Estádio Municipal;

11 – Sendo que o snr. Presidente da Câmara afirmou que essas despesas existiram, os vereadores da CDU e os munícipes em geral, continuam à espera de ser informados sobre que investimentos foram feitos e quais os respetivos montantes.

Pelo que os vereadores da CDU requerem hoje, dia 18/09/2012, em reunião da Câmara Municipal da Marinha Grande, que lhes seja presente a auditoria solicitada que responda de forma cabal e devidamente autenticada por quem de direito, a todas as questões levantadas.”

- O **Sr. Vereador Dr. António Santos** abordou os seguintes assuntos:
 - ⇒ Enalteceu a prontidão com que a ata da reunião é disponibilizada;
 - ⇒ Solicitou o ponto da situação jurídica de todo o contrato com a União de Leiria;
 - ⇒ Referiu que está politicamente triste por verificar que não vai haver mercado, piscina e canil. Os membros do atual executivo, enquanto oposição, foram muito críticos em relação às tendas do mercado, e agora, passados estes anos, está tudo na mesma, e o Orçamento para 2010 foi aprovado com essa condição.
- Relativamente às suas áreas de atuação, o **Sr. Vereador Paulo Vicente** respondeu o seguinte às questões colocadas pelos Srs. Vereadores:
 - ⇒ Jardim Stephens – vão ser plantadas flores de época em outubro;
 - ⇒ Gabinete de Informática e semáforos – são situações que estão ligadas com falhas no fornecimento de energia elétrica, assim como as avarias ocorridas nos furos. Já protestámos junto da EDP, porque estão a fazer cortes noturnos de 5 minutos e depois as máquinas não arrancam. As máquinas que refrigeram a sala e os bastidores onde se encontram os servidores não funcionaram, e felizmente que não houve danos nem perda de informação;
 - ⇒ Observações do Sr. Vereador Dr. António Santos – referiu que o próprio Jornal da Marinha Grande lhe perguntou como estão essas obras. Em relação ao concurso para a conceção da piscina as propostas apresentadas encontram-se em análise. No que respeita ao canil estão-se a colher os melhores preços, uma vez que a primeira proposta que veio à reunião de Câmara apresentava um valor exagerado. Relativamente ao mercado, estão-se a recolher os pareceres das várias entidades. Não podemos esquecer que de 2008 a 2012 a situação se alterou muito, com os condicionalismos ao endividamento municipal. Temos vontade de executar estes projetos, tanto mais que estão a andar, mas em termos de execução estão condicionados pela situação do País.

- Em resposta a algumas das questões colocadas pelos Srs. Vereadores o **Sr. Presidente** respondeu o seguinte:
 - ⇒ Café do Parque – espera que haja consenso;
 - ⇒ Obras do mercado, piscina e canil – tal como as populações também a Câmara está descontente. Durante o ano de 2012 não foi lançada, aqui nas Câmaras em redor, qualquer obra;
 - ⇒ Segurança das balizas – os serviços ainda estão a elaborar a resposta, que espera fornecer na próxima reunião.
- Na sequência da abordagem do assunto relativo à dívida para com o IHRU, o **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que a Câmara está a fazer o levantamento das reparações a efetuar nas habitações do Bairro do Camarnal, de modo a que o mais depressa possível possam ser atribuídas no concurso que para esse efeito a área de habitação social já está a preparar.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - 11ª MODIFICAÇÃO - 3.ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2012

563 - Presente proposta da 11ª Modificação - 3ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2012, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

3ª Revisão ao Orçamento da Despesa para 2012, no valor de 300 euros nos reforços e 300 euros nas anulações;

3ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais no valor de 108.749,50 euros nos reforços e 108.749,50 euros nas anulações.

Atentos os elementos apresentados e no cumprimento do disposto no ponto 8.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e na alínea c), do nº 2, do art. 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, **a Câmara Municipal, depois de analisar a proposta, delibera submeter à aprovação da Assembleia Municipal a 11ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2012, constituída pela 3.ª Revisão ao Orçamento da Despesa e pela**

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
18/09/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 21

3ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 2 do art. 53.º do mesmo diploma legal.

A deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - REQ. N.º 1494/12 – PC N.º 166/11 – YUDO EU, LDA.

564 - Presente Processo de Licenciamento referente à obra de “*Alteração de Unidade Industrial*” existente, localizada em prédio urbano sito na Travessa 13 de Março, Lugar de Amieirinha, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído Alvará de Obras de Alterações n.º 18/12, de 08/03, com termo em 07/09/2012.

Presente Projeto de Alterações ao Projeto de Arquitetura anteriormente aprovado, dispondo de pareceres técnicos dos serviços que atestam a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a sua aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente que as alterações em causa se enquadram no disposto no n.º 4 do art. 43.º do Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29/10, diploma que estabelece o Regime de Exercício da Atividade Industrial (REAI), pelo que as mesmas estão sujeitas a mera notificação à entidade coordenadora do seu licenciamento, nos termos dos artigos 46.º e 47.º daquele diploma legal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N.º 1346/12 – PC N.º 241/12 – TECNIFREZA – INDÚSTRIA DE MOLDES, S.A.

565 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização de Ampliação de Unidade Industrial*” existente, bem como o licenciamento da obra de “*Ampliação de 2.º Piso Administrativo*”, a levar a efeito numa unidade industrial existente, localizada num prédio urbano sito na Estrada dos Guilhermes, Lugar de Amieirinha, Freguesia da Marinha Grande, dispondo do seguinte antecedente:

Processo de Camarário n.º 267/1999, em nome de “TECNIFREZA – Indústria de Moldes, Lda.”, relativo à obra de “*Construção de uma Unidade Industrial e Muro*”, levada a efeito ao

abrigo do Alvará de Licença de Construção n.º 663/2000, de 22/09, à qual foi emitido o Alvará de Licença de Utilização n.º 265/2001, de 16/10.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do respetivo Projeto de Arquitetura, com determinadas condições.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**
- 2. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**
- 3. Nos termos do n.º 6 do art. 54.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

Deliberou ainda mandar emitir certidão comprovativa da cedência de 660,00m² de área de terreno para o domínio público, no âmbito da execução do arruamento público confinante ao prédio em causa.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N.º 1019/12 – PC N.º 169/12 – ARMÉNIO DOS PRAZERES BATISTA

566 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Ampliação e Legalização da Alteração parcial de uma Unidade Industrial*” existente, localizada num prédio urbano sito na Rua das Andorinhas, Lugar de Lameira de Picassinos, Freguesia de Marinha Grande, dispondo dos seguintes antecedentes:

Processo Camarário n.º 1445/1996, em nome de Arménio Prazeres Batista, referente à obra de “*Construção de uma Unidade Industrial*”, à qual foi atribuído o Alvará de Licença de Construção n.º 539/1997, de 05/08.

Pedido de Informação Prévia n.º 26/2012, em nome de Arménio Prazeres Batista, relativo à viabilidade de “*Ampliação e Legalização da Alteração parcial de uma Unidade Industrial*” existente, deferido em Reunião de Câmara realizada em 24/05/2012, cuja deliberação se transcreve:

(...)

Presente Pedido de Informação Prévia relativo à viabilidade de “Ampliação e Legalização da Alteração parcial de uma Unidade Industrial” existente, localizada num prédio urbano sito na Rua das Andorinhas, Lugar de Lameira de Picassinos, Freguesia de Marinha Grande, dispondo do seguinte antecedente:

Processo Camarário n.º 1445/1996, em nome de Arménio Prazeres Batista, referente à obra de “Construção de uma Unidade Industrial”, à qual foi atribuído Alvará de Licença de Construção n.º 539/1997, de 05/08.

Presente parecer técnico dos serviços que atesta estar o Pedido de Informação Prévia em condições de merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou informar ser viável a pretensão requerida, sendo que, o pedido de licenciamento a apresentar, nos termos agora propostos, ficará sujeito ao cumprimento dos seguintes requisitos.

- 1. Esclarecimento e eventual correção da diferença registada entre a configuração do prédio constante no processo de licenciamento anterior e a constante nas peças desenhadas anexas ao presente pedido de informação prévia.*
- 2. Cumprimento de todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente as definidas no Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, Regulamento Geral das Edificações Urbanas, no Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, no Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndios em Edifícios, no Regime do Exercício da Atividade Industrial e demais legislação em vigor.*
- 3. Indicação expressa da tipologia pretendida para a atividade industrial, nos termos do Regime do Exercício da Atividade Industrial, ficando a indicação da respetiva entidade coordenadora, dependente da definição da referida tipologia.*

(...)

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do respetivo Projeto de Arquitetura, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os Projetos das Especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
2. **Apresentação, em igual período, de Memória Descritiva e Justificativa totalmente revista e retificada, de modo a enquadrar corretamente a indústria pretendida no atual regime legal aplicável ao seu licenciamento, referindo explicitamente qual o número de trabalhadores e a potência elétrica previstos, anulando igualmente referências nas quais o técnico que a elaborou indica que o uso pretendido é o de “serviços”, como se constata no n.º 7 da mesma, contrariando a própria pretensão do requerente.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. **A atividade industrial a instalar do Tipo 3, fica limitada ao máximo de 15 trabalhadores, potência elétrica contratada não superior a 40kVA e potência térmica não superior a 8 X 106 kJ/h, não abrangida por nenhum dos regimes jurídicos de avaliação de impacte ambiental, prevenção e controlo de integrados de poluição, prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas ou operações de gestão de resíduos quando estejam em causa resíduos perigosos, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 209/08, de 29/10, diploma que estabelece o Regime de Exercício da Atividade Industrial.**
2. **Nos termos do n.º 4 do art. 18.º do Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29/10, a referida atividade só poderá ter início, após cumprimento pelo respetivo operador, da obrigação de registo junto da Câmara Municipal – alínea c) do art. 5.º e n.º 2 do art. 40.º do citado diploma, o qual só poderá ser efetuado, após a emissão do título de Autorização de Utilização, nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.**
3. **A atividade industrial a desenvolver no edifício, deverá garantir o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, em matéria de higiene, ambiente, segurança e saúde no trabalho, não promovendo ações que possam de alguma forma dar lugar a fumos, ruídos, resíduos, cheiros ou criem condições de insalubridade, perturbem as condições de trânsito e estacionamento, nomeadamente com operações de circulação, carga e descarga ou acarretem agravados riscos de incêndio ou explosão, nos termos do disposto no n.º 9 do art. 7.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande e n.º 4 do art. 40.º do Decreto-Lei n.º 209/08, de 29/10.**
4. **Nos termos do art. 34.º do Decreto-Lei n.º 220/08, de 12/11, deverá submeter à apreciação da Autoridade Nacional de Proteção Civil, Medidas de Autoproteção até 30 dias anteriores à data de entrada em funcionamento da atividade.**

5. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N.º 1242/12 – PC N.º 22/12 – SANTGM – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.

567 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “Alteração/Ampliação e Constituição de propriedade Horizontal de Edifício” existentes, localizado na Rua de Moçambique, Lugar de Ordem, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 29/03/2012.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados aptos a ser aprovados.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
3. A atividade industrial a instalar do Tipo 3, fica limitada ao máximo de 15 trabalhadores, potência elétrica contratada não superior a 40kVA e potência térmica não superior a 8 X 106 kJ/h, não abrangida por nenhum dos regimes

jurídicos de avaliação de impacte ambiental, prevenção e controlo de integrados de poluição, prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas ou operações de gestão de resíduos quando estejam em causa resíduos perigosos, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 209/08, de 29/10, diploma que estabelece o Regime de Exercício da Atividade Industrial.

4. Nos termos do n.º 4 do art. 18.º do Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29/10, a referida atividade só poderá ter início, após cumprimento pelo respetivo operador, da obrigação de registo junto da Câmara Municipal – alínea c) do art. 5.º e n.º 2 do art. 40.º do citado diploma, o qual só poderá ser efetuado, após a emissão do título de Autorização de Utilização, nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.
5. A atividade industrial a desenvolver no edifício, deverá garantir o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, em matéria de higiene, ambiente, segurança e saúde no trabalho, não promovendo ações que possam de alguma forma dar lugar a fumos, ruídos, resíduos, cheiros ou criem condições de insalubridade, perturbem as condições de trânsito e estacionamento, nomeadamente com operações de circulação, carga e descarga ou acarretem agravados riscos de incêndio ou explosão, nos termos do disposto no n.º 9 do art. 7.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande e n.º 4 do art. 40.º do Decreto-Lei n.º 209/08, de 29/10.
6. Nos termos do art. 34.º do Decreto-Lei n.º 220/08, de 12/11, deverá submeter à apreciação da Autoridade Nacional de Proteção Civil, Medidas de Autoproteção até 30 dias anteriores à data de entrada em funcionamento da atividade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N.º 1464/12 – PC N.º 222/12 – ARMANDO FERREIRA DOS SANTOS

568 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização de obras de Alteração*” de moradia existente, bem como licenciamento da obra de “*Alteração e Ampliação*” da referida moradia, localizada num prédio urbano sito na Rua Moinho de Cima, Lugar de Albergaria, Freguesia de Marinha Grande, dispondo dos seguintes antecedentes:

Processo Camarário n.º 241/1979, em nome de Fernando José Antunes da Silva, referente ao licenciamento da obra de “*Construção de uma Moradia*”, levada a efeito ao abrigo do Alvará de Licença n.º 696/1979, de 21/06 com 1.ª prorrogação emitida pelo Alvará de Licença n.º 1405/1979, de 18/12 e 2.ª prorrogação emitida pelo Alvará de Licença n.º 1294/1980, de 12/12.

Processo Camarário n.º 730/1982, em nome de Fernando José Antunes da Silva, referente ao licenciamento da obra de “*Construção de um Muro*”, levada a efeito ao abrigo do Alvará de Licença n.º 507/1982, de 04/06.

Processo Camarário n.º 149/2011, em nome de Armando Ferreira dos Santos, referente ao licenciamento da obra de “*Construção de Barracão Agrícola*”, levada a efeito ao abrigo do Alvará de Licença n.º 01/2012, de 05/01, com 1.ª prorrogação deferida por despacho do Sr. Presidente datado de 11/07/2012.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do respetivo Projeto de Arquitetura, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os Projetos das Especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
2. **Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

Mais deliberou informar o requerente que, nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N.º 1275/12 – PC N.º 57/12 – ARMANDO FERREIRA DOS SANTOS

569 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Construção de Anexo*” de apoio à uma habitação existente, destinado a estacionamento automóvel e arrumos, bem como “*Construção de Muro de Contenção*”, a levar a efeito num prédio urbano sito na Rua Moinho de Cima, Lugar de Albergaria, Freguesia de Marinha Grande.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do respetivo Projeto de Arquitetura, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os Projetos das Especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**

2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N.º 1403/12 – PC N.º 184/12 – IGOR JORGE GERMANO PARREIRA

570 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Construção de Habitação Unifamiliar e Muros de Vedação*”, a levar a efeito num prédio rústico localizado na Rua das Chedas, Lugar de Boco, Freguesia de Vieira de Leiria.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do respetivo Projeto de Arquitetura, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os Projetos das Especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
- 2. Apresentação, em igual período, dos seguintes elementos:**
 - 2.1 Memória descritiva e justificativa, contendo o devido enquadramento da pretensão no plano municipal de ordenamento do território vigente; menção de previsão de fossa estanque no interior do prédio, na ausência de rede de saneamento doméstico na rua confinante; correção do quadro de áreas propostas, corroborando os reais valores da última versão do projeto de arquitetura apresentado.**
 - 2.2 Ficha de Segurança Contra Incêndio e Ficha Estatística devidamente retificadas, corroborando os reais valores referentes à última versão do projeto de arquitetura apresentado.**
 - 2.3 Termo de Responsabilidade subscrito pelo respetivo técnico coordenador dos projetos, que ateste a compatibilidade entre os mesmos, nos termos do disposto no n.º 1 do art. 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
 - 2.4 Estimativa Orçamental devidamente elaborada, fazendo constar o valor mínimo de referência para habitação (486,22 euros/m²), de acordo com o previsto na Portaria n.º 291/11, de 04/11.**
- 3. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente passeio e remate da faixa de rodagem, na extensão total do**

- prédio confinante com a Rua das Chedas, cujos materiais deverão ser oportunamente definidos pelos serviços camarários competentes.
4. Os muros de vedação a executar pelo requerente deverão ser em alvenaria, devidamente rebocados e pintados.
 5. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.
 6. Aquando do início da construção, após a abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo o registo dessa deslocação no respetivo livro de obra, imprescindível para isenção de vistoria na futura concessão da respetiva Autorização de Utilização.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N.º 1496/12 – PC N.º 230/05 – MARIA ANTONIETA GOMES MAGALHÃES

571 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Alteração de Estabelecimento de Restauração e Bebidas*” existente, localizado num prédio urbano sito na Avenida José Gregório, Freguesia da Marinha Grande, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Despacho do Vereador do Pelouro do Urbanismo, Paisagismo, Planeamento e Ordenamento do Território datado de 04/08/2008.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários em consequência da realização da obra.**
2. **A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
3. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 11.º do Decreto-Lei n.º 234/2007, de 19/06, após emissão da Autorização de Utilização e antes do início da atividade, deverá apresentar Declaração Prévia junto da Câmara Municipal, com conhecimento à Direcção-Geral das Atividades Económicas, de acordo com o modelo publicado em Anexo à Portaria n.º 573/2007, de 17/07.
4. A *“afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, industrial, artesanal ou liberal, independentemente do suporte utilizado para a sua divulgação, quando visíveis ou perceptíveis do espaço público”*, ficam sujeitas a licenciamento, no âmbito do regime previsto no Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público com Equipamento Mobiliário Urbano do Município da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N.º 1506/12 – PC N.º 416/05 – LUÍS MANUEL O CARVALHO MOURÃO

572 - Presente Processo de Licenciamento referente à *“Alteração e Ampliação de Moradia e Anexos”*, levada a efeito num prédio urbano sito na Rua Dr. Aníbal Bettencourt, Lugar de São Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído Alvará de Licença de Construção n.º 344/07, de 13/12, com termo em 26/04/2010.

Presente requerimento n.º 1506/12, de 11/09, pelo qual é solicitada *“(…) licença especial para acabamento da obra (...)”*, ao abrigo do n.º 1 do art. 88.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.

Presente parecer técnico dos serviços a enquadrar o pedido de licença especial para conclusão da obra, nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 88.º do referido regime jurídico.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir o pedido de licença especial para conclusão

da obra, nos termos do previsto no artigo 88.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, não se mostrando aconselhável a sua demolição por razões económicas e urbanísticas dado que a obra se encontra em avançado estado de execução, tendo em conta a atual conjuntura económica, atendendo aos custos que uma eventual demolição acarreta, e face ao manifesto interesse da entidade requerente em concluir a obra, para além do impacto urbanístico negativo que um prédio inacabado apresenta.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N.º 674/12 – PC N.º 721/07 – PEDRO MIGUEL VIEIRA MARIA DA SILVA

573 - Presente requerimento n.º 674/2012, de 18/04, de Pedro Miguel Vieira Maria da Silva, titular do Processo Camarário n.º 721/07, referente ao licenciamento da obra de “*Construção de Moradia Unifamiliar*”, levada a efeito num prédio urbano sito na Rua dos Sabugueiros, Lugar de Picassinos, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído o Alvará de Construção n.º 127/10, em 02/09, a solicitar a Receção Provisória das Obras de Urbanização realizadas no âmbito das condicionantes impostas ao referido licenciamento, nomeadamente as referentes à Execução da Rede de Abastecimento de Água e à Execução de Passeio.

Presente igualmente o Auto da Comissão de Vistorias, propondo a Receção Provisória Parcial das referidas Obras de Urbanização.

Após análise da pretensão e do respetivo Auto de Receção Provisória Parcial, a Câmara deliberou aceitar provisória e parcialmente as obras de urbanização referente apenas à componente de Execução da Rede de Abastecimento de Água, conforme auto anexo, e mandar libertar 90% da referida componente, no montante de €2.452,50 (dois mil quatrocentos e cinquenta e dois euros e cinquenta cêntimos), da caução prestada através da Garantia Bancária n.º GAR/10303062, do Banco BPI, S.A., datada de 07/06/2010, ficando retidos € 5.340,25 (cinco mil trezentos e quarenta euros e vinte e cinco cêntimos), conforme descrito no quadro abaixo:

COMPONENTE A EXECUTAR	MONTANTE PRESTADO	% A LIBERTAR	MONTANTE A LIBERTAR	VALOR A RETER
Rede de Abastecimento de Água	€ 2.725,00	90%	€ 2.452,50	€ 272,50
Passeio	€ 5.067,75	0%	€ 0	€ 5.067,75
TOTAIS:	€ 7.792,75	-----	€ 2.452,50	€ 5.340,25

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Terminada a votação dos processos de obras particulares que constituem a ordem do dia e dos quatro que foram incluídos fora de agenda, seguiu-se um pequeno intervalo, que decorreu das 11:00 horas às 11:15 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

12 - HABITAÇÃO SOCIAL – RUA JÚLIO BRAGA BARROS, BLOCO 2, 3.º ESQUERDO – CASAL DO MALTA - TITULAR DO CONTRATO: MARIA HELENA VICENTE PINHEIRO MONTEIRO – RENDAS EM ATRASO – INCUMPRIMENTO DE ACORDOS DE PAGAMENTO DE DÍVIDA – RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO.

Depois de analisado o assunto, foi deliberado por unanimidade retirá-lo da ordem do dia, chamando à próxima reunião da Câmara Municipal a arrendatária, para, numa última tentativa, fazer um acordo de pagamento, uma vez que se trata de uma trabalhadora da autarquia.

Se essa tentativa resultar infrutífera, avançar-se-á com a proposta de resolução do contrato de arrendamento.

13 - ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO AOS TITULARES DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 24.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO.

574 - A Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado.

A adaptação da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, à realidade autárquica, ocorreu através do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de abril, objeto de alterações pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro (diplomas agora revogados pelo artigo 27.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto).

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
18/09/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 21

O artigo 24.º, n.º 1 da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, prevê que aos cargos de direção superior de 1.º grau e direção intermédia de 1.º e 2.º graus, podem ser abonadas despesas de representação no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central, através do despacho conjunto a que se refere o n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, sendo-lhes aplicáveis as correspondentes atualizações anuais.

Atualmente, o valor das despesas de representação a atribuir ao cargo de direção intermédia de 2.º grau (chefe de divisão) na administração central é de 194,79€ (cento e noventa e quatro euros e setenta e nove cêntimos), valor sobre o qual incide a redução remuneratória prevista no artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, aplicável por remissão do artigo 20.º, n.º 1 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, na sua redação atual.

Nos termos do n.º 2 do mesmo preceito, na administração local, a atribuição de despesas de representação é da competência da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal.

A Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, entrou em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, não prevendo qualquer norma transitória sobre o abono das despesas de representação aos dirigentes em exercício de funções à data.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 24.º, n.º 2 da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, conjugado com o artigo 64.º, n.º 6 alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, **propõe-se à Câmara Municipal da Marinha Grande que delibere a atribuição de despesas de representação com efeitos a 1 de setembro do corrente e submeta a sua aprovação à Assembleia Municipal**, conforme previsto no artigo 53.º, n.º 1 alínea r) do mesmo diploma (Lei n.º 169/99, de 18 de setembro).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - PROCESSO DE AQUISIÇÃO Nº 37/2012 – AP/DGF – AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE PARA OS ANOS DE 2012 E 2013 – PROPOSTA A REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE PARA EFEITOS DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO N.º2 DO ART.º 48.º DA LEI N.º2/2007 DE 15 DE JANEIRO

575 - Presente processo de aquisição nº 37/2012 – AP/DGF, cujo objecto é a contratação de serviços de Auditoria Externa às Contas do Município da Marinha Grande para os anos de 2012 e 2013.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 18/09/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 21

Considerando que o preço base aplicado foi de 24.300,00 euros, acrescido de IVA à taxa 23% e que a Câmara Municipal da Marinha Grande, em reunião de 19/07/2012, emitiu parecer favorável à contratação da *“Auditoria Externa às Contas do Município da Marinha Grande para os anos de 2012 e 2013”*, nos termos do preceituado no n.º 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro.

Considerando que por despacho do Sr. Presidente, datado de 30/08/2012, foi determinado o convite a APPM – Ana Calado Pinto, Pedro de Campos Machado, Ilídio César Ferreira & Associado, SROC, Lda e a Luís Filipe Vicente Pinto.

Considerando que o único concorrente que apresentou proposta foi a entidade APPM – Ana Calado Pinto, Pedro de Campos Machado, Ilídio César Ferreira & Associado, SROC, Lda, conforme elementos constantes do processo.

Considerando o relatório de apreciação da proposta elaborado pelo júri do procedimento na sequência da realização de ajuste direto desencadeado nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 16.º do Código dos Contratos Públicos, anexo ao processo.

A Câmara Municipal, após a análise do processo e do relatório que o acompanha, delibera, nos termos do n.º 2 do art.º 48.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro propor à Assembleia Municipal da Marinha Grande a adjudicação do serviço de *“Auditoria Externa às Contas do Município da Marinha Grande para os anos de 2012 e 2013”* ao concorrente APPM – Ana Calado Pinto, Pedro de Campos Machado, Ilídio César Ferreira & Associado, SROC, Lda pelo valor global de 20.990,40 € (vinte mil novecentos e noventa euros e quarenta centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - FORNECIMENTO CONTÍNUO, POR CARTÃO MAGNÉTICO, DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS PARA A FROTA AUTOMÓVEL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

576 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação do serviço da DOEM na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização do fornecimento contínuo, por cartão magnético, de combustíveis rodoviários para a frota automóvel do Município da Marinha Grande, para o período previsto de outubro de 2012 a outubro de 2013, com o preço base de 91.162,00 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à *“FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS PARA FROTA AUTOMÓVEL DO MMG”*, nas classificações orgânicas/económicas 0103/02010201 e 0103/ 02010202 e ação do PAM 2012/A/16.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização do fornecimento

contínuo, por cartão magnético, de combustíveis rodoviários para a frota automóvel do Município da Marinha Grande.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação de *“Fornecimento contínuo, por cartão magnético, de combustíveis rodoviários para a frota automóvel do Município da Marinha Grande”* para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGUROS PARA O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE PARA O ANO DE 2013 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

577 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando as informações dos serviços da DGF – Divisão de Gestão Financeira e DGR – Divisão Administrativa e de Gestão de Recursos Humanos nas quais manifestam a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização da *“Prestação de Serviços na Área de Seguros para o Município da Marinha Grande para o ano de 2013”*, com o preço base de 93.138 euros, isento de IVA.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à *“CONTRATAÇÃO DE SEGUROS NO ÂMBITO DAS ACTIVIDADES E RESPONSABILIDADES MUNICIPAIS”*, para o ano de 2013, nas classificações orgânicas/económicas 0103/020212 e 0103/0103090101 e ação do PAM 2012/A/135.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização da *“Prestação de Serviços na Área de Seguros para o Município da Marinha Grande para o ano de 2013”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da *“Prestação de Serviços na Área de Seguros para o Município da Marinha Grande para o ano de 2013”* para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia dezassete de setembro de dois mil e doze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **"Total de Disponibilidades"**: **1.140.633,61 €** (um milhão, cento e quarenta mil, seiscentos e trinta e três euros e sessenta e um cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

578 - De acordo com o previsto no art.º 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

1. REQ. N.º 1509/12 – PC N.º 377/11 – GERMANO DUARTE PEDRO
2. REQ. N.º 1342/12 – PC N.º 130/11 – MARIA GRACIETE MIRANDA FERREIRA LAVOS MARQUES
3. REQ. N.º 675/12 – PC N.º 721/07 – PEDRO MIGUEL VIEIRA MARIA SILVA
4. REQ. N.º 1524/12 – PC N.º 271/12 – INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA
5. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DOS ESTALEIROS MUNICIPAIS DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
6. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26º DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DOS ESTALEIROS MUNICIPAIS DA MARINHA GRANDE
7. PROC. DE LICENCIAMENTO N.º 1008/02 – PIRISCACONSTROI-CONSTRUÇÕES, LDª. – OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM FALTA – INCUMPRIMENTO DA ORDEM DE EXECUÇÃO - ACIONAMENTO DO DEPÓSITO CAUÇÃO – EXECUÇÃO DAS OBRAS EM FALTA POR CONTA DO PROMOTOR.

8. REQUALIFICAÇÃO DE DIVERSOS ARRUAMENTOS NA VÂRZEA – RUA NATÁLIA CORREIA E TROÇO DA RUA MIGUEL TORGA – CP 03/10. REVISÃO DE PREÇOS. RETIFICAÇÃO.
9. RESTITUIÇÃO DE MONTANTE PECUNIÁRIO EM CONSEQUÊNCIA DA DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE - OURIÇO DO MAR, LDA
10. ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VIEIRA DE LEIRIA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA AQUISIÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA
11. PROC. Nº 238/11.5BEPNF – TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE LEIRIA – REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DE RESINAGEM DA MARINHA GRANDE – CAUSA LEGÍTIMA DE INEXECUÇÃO DE SENTENÇA ANULATÓRIA.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - REQ. N.º 1509/12 – PC N.º 377/11 – GERMANO DUARTE PEDRO

579 - Presente Processo de Licenciamento referente à obra de “*Construção de um Edifício de Habitação Unifamiliar*”, incluindo demolição de edificações existentes, a levar a efeito num prédio urbano localizado na Rua Campos do Liz, Lugar de Passagem, Freguesia de Vieira de Leiria, à qual foi atribuído Alvará de Licença de Construção n.º 23/12, de 14/03. Presente Projeto de Alterações ao Projeto de Arquitetura anteriormente aprovado, dispondo de parecer técnico dos serviços, referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis e propondo a sua aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - REQ. N.º 1342/12 – PC N.º 130/11 – MARIA GRACIETE MIRANDA FERREIRA LAVOS MARQUES

580 - Presente Pedido de Licenciamento referente à *“Legalização da Alteração/Ampliação de Moradia e Anexo e da Construção de Muros de Vedação”*, implantados sobre o Lote n.º 1, sito na Rua dos Francos, Lugar de Amieira, Freguesia de Marinha Grande, abrangido pelo Alvará de Loteamento Inicial n.º 10/1988, de 14/07, Alvará de Alterações n.º 01/2003, de 24/01 e Aditamento aos Alvarás de Loteamento emitido em 28/12/2008, dispondo dos seguintes antecedentes:

Relativamente ao Loteamento Urbano:

Processos Camarários n.º 66/1987 e 47/1988, em nome de António Francisco de Jesus, referente ao Licenciamento da *“Operação de Loteamento Urbano”* pela qual foi constituído o Lote n.º 1 (Alvará de Loteamento n.º 10/1988);

Processo Camarário n.º 203/2002, em nome de António Francisco de Jesus, referente ao Licenciamento da *“Alteração de Loteamento Urbano”* (Alvará n.º 01/2003);

Processo Camarário n.º 878/2005, em nome de António Francisco de Jesus, referente ao Licenciamento da *“Alteração de Loteamento Urbano”* (com aditamento emitido);

Relativamente à Edificação:

Processo Camarário n.º 857/1988, em nome de Francisco Alves Gaspar, referente ao Licenciamento da obra de *“Construção de uma Moradia de R/C e Garagem”*, levada a efeito ao abrigo do Alvará de Licença n.º 936/1988, de 03/08.

Processo Camarário n.º 350/2008, em nome de Maria Graciete Miranda Ferreira Lavos Marques, referente à *“Legalização da Alteração e Ampliação de Moradia, Anexo e Muro de Vedação”*, tendo sido rejeitado liminarmente por Despacho do Sr. Presidente datado de 22/03/2011, face à deficiência instrutória do pedido.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação dos respetivos Projetos de Arquitetura e das Especialidades apresentados, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação de novos Termos de responsabilidade subscritos pelos Técnicos Autores dos projetos das Especialidades, que refiram corretamente os diplomas em vigor, designadamente, o art. 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.**
- 2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários em consequência da realização da obra.**
- 3. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no**

prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

- 2. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N.º 675/12 – PC N.º 721/07 – PEDRO MIGUEL VIEIRA MARIA SILVA

581 - Presente Processo de Camarário n.º 721/07, referente ao licenciamento da obra de “*Construção de Moradia Unifamiliar*”, levada a efeito num prédio localizado na Rua dos Sabugueiros, Lugar de Picassinos, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído o Alvará de Obras de Construção n.º 127/10, de 02/09, tendo como condicionalismo, entre outros, a execução das infraestruturas referentes à Rede de Abastecimento de Água e Passeio.

Presente Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 18/09/2012, referente à Receção Provisória Parcial das mencionadas infraestruturas.

Presente Garantia Bancária n.º GAR/10303062, do Banco BPI, S.A., datada de 07/06/2010, no montante inicial de € 7.792,75 (sete mil, setecentos e noventa e dois euros e setenta e cinco cêntimos), da qual foi deliberado mandar libertar € 2.452,50 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e dois euros e cinquenta cêntimos), por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 18/09/2012, pelo facto das referidas Obras de Urbanização terem sido reccionadas parcial e provisoriamente.

Presente requerimento n.º 675/12, de 18/04, pelo qual é solicitada a substituição da referida garantia bancária, por depósito caução de igual valor nos Cofres da Tesouraria da Câmara Municipal, dispondo de parecer técnico dos serviços a enquadrar devidamente a pretensão.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir o pedido relativo à substituição da Garantia Bancária n.º GAR/10303062, do Banco BPI, S.A., datada de 07/06/2010, no montante de € 5.340,25 (cinco mil, trezentos e quarenta euros e vinte e cinco cêntimos), correspondente ao valor determinado a reter, conforme Deliberado na Reunião de Câmara de 18/09/2012, por igual valor a depositar nos Cofres da Tesouraria da Câmara Municipal.

Mais deliberou mandar comunicar ao Banco BPI, S.A., o cancelamento da referida garantia bancária, logo que se mostre efetuado o depósito do mesmo valor, nos Cofres da Tesouraria da Câmara Municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N.º 1524/12 – PC N.º 271/12 – INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

582 - Presente Pedido de Parecer Prévio relativo ao projeto para o futuro edifício onde irá ser instalado o “*CDrsp – Centro de Desenvolvimento Rápido e Sustentado do Produto*”, a levar a efeito pelo Instituto Politécnico de Leiria, enquanto instituição de ensino superior de direito público, em parte do Lote 18, sito no gaveto da Rua de Portugal/Rua da Bélgica, da Zona Industrial da Marinha Grande, Freguesia de Marinha Grande.

Presentes pareceres técnicos dos serviços referindo:

1. A conformidade da proposta com os pressupostos e premissas previamente estabelecidos, quer para a sua implantação, quer para os seus alinhamentos, cêrcea, acessos e infraestruturas a executar, nomeadamente o prolongamento da Rua da Bélgica, desde o edifício da OPEN até à inserção na Rua de Portugal.
2. Os aspetos a acautelar no que respeita às Redes de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Pluviais, nomeadamente:
 - 2.1. Na Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Pluviais, a profundidade das caixas de ramal não poderá ser superior a 1,00m.
 - 2.2. Na Rede de Abastecimento de Água, não se encontra definido o diâmetro do ramal de ligação do edifício à rede pública, devendo completar-se o processo com uma planta indicativa desse diâmetro.
3. O enquadramento da operação urbanística referida, enquanto operação promovida pela Administração Pública, isenta de controlo prévio, ao abrigo do n.º 1 do art. 7.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, publicado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, ficando apenas sujeita a parecer prévio não vinculativo da Câmara Municipal, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera emitir parecer prévio favorável ao projeto apresentado tendo em vista a realização da obra relativa à construção do futuro edifício onde irá ser instalado o “*CDrsp – Centro de Desenvolvimento Rápido e Sustentado do Produto*”, a levar a efeito pelo Instituto Politécnico de Leiria, enquanto instituição de ensino superior de direito público, em parte do Lote 18, sito no gaveto da Rua de Portugal/Rua da Bélgica, da Zona Industrial da Marinha Grande, Freguesia de Marinha Grande, nos termos n.º 2 do art. 7.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, publicado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.

Mais deliberou informar o requerente de deverá ter em atenção os aspetos técnicos referidos nos pareceres emitidos pelos respetivos serviços, nomeadamente quanto às condições a observar na execução das Redes de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Pluviais, bem como para a necessidade da apresentação de Planta de Implantação, contendo o tratamento dos arranjos exteriores da zona envolvente ao futuro edifício, localizada a nascente, até ao edifício do Centro Empresarial da Marinha Grande, destinada a estacionamento automóvel, a executar nos termos em que vier a ser definido pelos respetivos serviços camarários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DOS ESTALEIROS MUNICIPAIS DA MARINHA GRANDE — PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

583 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação do serviço da DOEM – Divisão de obras e equipamentos municipais na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de serviços de vigilância dos estaleiros municipais da Marinha Grande para o período de dezembro de 2012 a novembro de 2013.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à *“Prestação de serviços de vigilância dos estaleiros municipais da Marinha Grande”*, na classificação orgânica/económica 10/020218 e ação do PAM 2012/A/2.

Considerando que o preço base a aplicar é de 54.432,00 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2011, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização de serviços de vigilância dos estaleiros municipais da Marinha Grande.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, na sua redação actual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da *“Prestação de serviços de vigilância dos estaleiros municipais da Marinha Grande”* para efeitos

do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26.º DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DOS ESTALEIROS MUNICIPAIS DA MARINHA GRANDE

584 - A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2012, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei do Orçamento de Estado de 2012, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 8 do art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de

31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 9/2012 de 10 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro, e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, e Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento da DGAEP, formulado nas suas FAQ'S, que o art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 8 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, atento o disposto no n.º 1 do art.º 20.º e no n.º 1 do art.º 26.º ambos da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, de acordo com o qual a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2011.

Presente informação SS-230.2012 e requisição interna n.º 6328 da DOEM, na qual se justifica a necessidade de se proceder à contratação da *“Prestação de serviços de vigilância dos estaleiros municipais da Marinha Grande”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer

prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 8.º do artº 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012.

O procedimento a adoptar é o concurso público, atendendo a que se prevê a celebração de um contrato de valor inferior a 200.000 euros, nos termos do Regulamento (UE) N.º 1251/2011 da Comissão de 30 de Novembro de 2011 que altera as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos e sem prejuízo do limite de autorização de despesa consagrado com art.º 18º, nº1, alínea a) do Decreto-Lei 197/99 de 8 de Junho.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de vigilância, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à *“Prestação de serviços de vigilância dos estaleiros municipais da Marinha Grande”*, na classificação orgânica/económica 10/020218 e ação do PAM 2012/A/2 e que foi emitido cabimento pelos serviços da Área de Finanças da Divisão de Gestão Financeira.

Considerando que o preço base a aplicar é de 54.432,00 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2011, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato de *“Prestação de*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 18/09/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 21

serviços de vigilância dos estaleiros municipais da Marinha Grande”, que se pretende celebrar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que será presente à sessão da Assembleia Municipal de 28/09/2012, o pedido de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais tendo em vista a celebração do contrato de *“Prestação de serviços de vigilância dos estaleiros municipais da Marinha Grande”*, de forma a dar cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, conforme minuta da deliberação em anexo.

Face ao exposto e considerando o preceituado na alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de vigilância dos estaleiros municipais da Marinha Grande”*, condicionado à autorização prévia favorável a conceder pela Assembleia Municipal.

A presente deliberação só produz efeitos no dia seguinte à autorização prévia a conceder pela Assembleia Municipal na sua sessão de 28/09/2012 e em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - PROC. DE LICENCIAMENTO N.º 1008/02 – PIRISCACONSTROI-CONSTRUÇÕES, LDª. – OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM FALTA – INCUMPRIMENTO DA ORDEM DE EXECUÇÃO - ACIONAMENTO DO DEPÓSITO CAUÇÃO – EXECUÇÃO DAS OBRAS EM FALTA POR CONTA DO PROMOTOR.

585 - Presente o processo de licenciamento n.º 1008/02, titulado pela sociedade Piriscaconstroi-Construções, Lda., titular do NIPC 505773570, com sede na Rua das Portas Verdes, n.º 13 – Loja A, Marinha Grande, relativo à construção de um bloco habitacional na Rua dos Oleiros, Embra, Marinha Grande.

Presente documentação comprovativa da substituição das duas garantias bancárias prestadas para garantia da execução das obras de urbanização necessárias à execução da

operação urbanística em causa, por depósito caução realizado na Tesouraria da Câmara Municipal no dia 01-02-2012, no valor de 5.964,31€, nos termos da deliberação da Câmara Municipal de 29-09-2011.

Presente o auto de recepção provisória parcial das obras de urbanização, datado de 27-06-2011, no qual se refere que *“a componente de rede viária não se encontra concluída na sua totalidade, nomeadamente no que respeita à pavimentação e sinalização vertical e horizontal.”*

Presente notificação S/3014/2012, de 02-07-2012, enviada à sociedade promotora da obra de urbanização em causa, concedendo-lhe o prazo máximo de 7 dias úteis para promover, nos termos legais, a execução das obras de urbanização em falta, sob pena da respetiva execução.

Presente orçamento das obras de urbanização ainda em falta, no valor total de 8.877,96€ (oito mil oitocentos e setenta e sete euros e noventa e seis cêntimos), elaborado pela DOEM-Divisão de Obras e Equipamentos Municipais em 29-06-2012.

A Câmara Municipal apreciou e considerando:

- **Que a sociedade promotora da obra, PIRISCACONSTROI-Construções, Lda., não executou, até esta data, as obras de urbanização ainda em falta, não cumprindo o que lhe foi determinado na notificação S/3014/2012, de 02-07-2012;**
- **Que o edifício construído já se encontra licenciado com alvará de licença de utilização n.º 22/08, emitido em 18-02-2008, razão pela qual se torna urgente e inadiável a conclusão das obras de urbanização necessárias à comodidade dos moradores do prédio, à qualidade do meio urbano e do ambiente e à comodidade do tráfego naquele local,**

Delibera de acordo com o previsto no art.º 84.º do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação:

- 1. Acionar o depósito caução no valor de 5.964,31€ (cinco mil novecentos e sessenta e quatro euros e trinta e um cêntimos), para execução das obras de urbanização ainda em falta e que foram consideradas indispensáveis ao deferimento do pedido de licenciamento da obra de construção do bloco habitacional em causa - n.º 3 do citado art.º 84.º.**
- 2. Determinar aos serviços da DOEM-Divisão de Obras e Equipamentos Municipais, a realização das diligências necessárias à conclusão das obras de urbanização em falta e constantes do orçamento e plano de trabalhos datado de 29-06-2012.**

3. Debitar à sociedade titular do alvará e promotora da operação urbanística em causa, os custos dos trabalhos realizados e não cobertos pelo depósito caução, no valor de 2.913,65€ (dois mil novecentos e treze euros e sessenta e cinco cêntimos), notificando-a para proceder ao seu pagamento no prazo de 20 dias úteis, sob pena de cobrança judicial em processo executivo – art.º 108.º, aplicável *ex vi* art.º 84.º, do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQUALIFICAÇÃO DE DIVERSOS ARRUAMENTOS NA VÁRZEA – RUA NATÁLIA CORREIA E TROÇO DA RUA MIGUEL TORGA – CP 03/10. REVISÃO DE PREÇOS. RETIFICAÇÃO.

586 - Através da deliberação camarária, de 16 de agosto passado, foi aprovada a revisão de preços da empreitada identificada em epígrafe, por proposta dos serviços da DOEM.

A deliberação foi fundamentada com base numa lei que não é aplicável ao contrato em causa, pelo que importa proceder à sua retificação, de acordo com o artigo 148.º, do Código do Procedimento Administrativo.

A Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 148.º, do Código do Procedimento Administrativo, retificar a sua deliberação n.º 302, de 16 de agosto passado, devendo ler-se “do n.º 1, do artigo 382.º do Código dos Contratos Públicos” em lugar de “ n.º 1, do art. 199.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março”.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.

9 – RESTITUIÇÃO DE MONTANTE PECUNIÁRIO EM CONSEQUÊNCIA DA DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE - OURIÇO DO MAR, LDA

587 - Em reunião de 06-09-2012 a Câmara Municipal declarou a caducidade da licença emitida a favor da sociedade Ouriço do Mar, Lda, com sede na Rua dos Cerrados, nº 5, Praia da Vieira, para exploração da loja do mercado da Vieira, por a mesma ter renunciado voluntariamente à concessão.

Esta deliberação produziu efeitos a partir de 31-08-2012.

Em consequência da referida declaração de caducidade a Câmara delibera restituir à sociedade já devidamente identificada o valor de 54,42 Euros (cinquenta e quatro euros e quarenta e dois cêntimos) correspondente à taxa paga pela utilização da referida loja no mês de setembro de 2012.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VIEIRA DE LEIRIA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA AQUISIÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA

588 - Presente carta da Direcção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, com o registo de entrada nº E/6848/2012, datada de 07/08/2012, a informar da aquisição de uma ambulância de transportes múltiplos (ABTM), pelo valor de 31.000,00 euros, destinada a transportar até 7 doentes em simultâneo, que se traduz numa redução de custos, pois evita a deslocação de 2 ou mais ambulâncias para o mesmo local. Mais informa que desde o ano de 2011, foram já angariados 16.000,00 euros para a sua aquisição e solicitam à Câmara Municipal a atribuição de um subsídio no valor de 15.000,00 euros, destinado ao pagamento do valor restante.

A Câmara apreciou o pedido e atendendo a que:

- nos termos do nº 4, alínea a) do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, é da sua competência *“Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à prossecução de obras ou eventos de interesse municipal, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos”*;
- a finalidade do apoio a conceder visa contribuir para a aquisição de uma nova ambulância para os Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, permitindo-lhes uma redução significativa de custos e ainda o abate de uma outra, de 1992, que se encontra inoperacional, considerando-se imprescindível e inadiável a atribuição do apoio solicitado, cumprindo as regras aplicáveis à assunção de compromissos constantes na Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, atenta a necessidade de satisfazer algo que se traduza num benefício para a população;
- a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria é uma entidade legalmente existente, que prossegue fins de interesse municipal relevante, na medida em que presta auxílio humanitário à população do concelho;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
18/09/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 21

delibera, nos termos da alínea a), do nº 4, do artº 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, atribuir à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, com sede na Rua 25 de Abril, nº 2, 2430-778 Vieira de Leiria, contribuinte nº 501155198, um subsídio no valor de 15.000,00 euros (quinze mil euros), destinado à aquisição de uma ambulância de transportes múltiplos (ABTM).

Mais delibera que o pagamento seja efetuado mediante a apresentação dos originais da fatura, recibos e extratos bancários comprovativos do pagamento do bem objeto de apoio, o que deverá ocorrer até ao dia 30-10-2012. A falta de exibição naquele prazo dos documentos referidos determina a caducidade automática da atribuição do presente subsídio, cessando os efeitos jurídicos desta deliberação.

A entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui, nesta data, a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e a Fazenda Pública, conforme certidões que se encontram arquivadas na Divisão de Gestão Financeira – Área de Contabilidade, desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Nesta altura, e quando eram 12:25 horas, a reunião foi interrompida, para almoço.

Recomeçou pelas 17:00 horas, com a presença de todos os membros do executivo presentes no período da manhã, para análise do seguinte assunto:

PROC. Nº 238/11.5BEPNF – TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE LEIRIA – REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DE RESINAGEM DA MARINHA GRANDE – CAUSA LEGÍTIMA DE INEXECUÇÃO DE SENTENÇA ANULATÓRIA.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Para explicar o assunto em análise, esteve presente na reunião o advogado da Câmara Municipal, **Sr. Dr. Victor Faria**, que distribuiu um memorando a todos os Srs. Vereadores, efetuando de seguida um historial, de forma sucinta, de todo o processo.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
18/09/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 21

Terminada a explicação, os Srs. Vereadores mostraram-se esclarecidos.

Contudo, o **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** referiu que não podia deixar de lamentar que o Sr. Presidente não tenha dado conhecimento ao executivo da decisão negativa para a Câmara, uma vez que o tinha feito quando a decisão nos foi favorável. Entende que é uma situação que não pode acontecer, e que é lamentável do ponto de vista político.

De seguida foi tomada a seguinte deliberação:

11 - PROC. Nº 238/11.5BEPNF – TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE LEIRIA – REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DE RESINAGEM DA MARINHA GRANDE – CAUSA LEGÍTIMA DE INEXECUÇÃO DE SENTENÇA ANULATÓRIA.

589 - No passado dia 18 de Julho do presente ano, foi proferido Acórdão de Revista do Supremo Tribunal Administrativo que trouxe à colação uma decisão final em relação ao contencioso pré-contratual acima identificado.

Nesta senda, foi o ora Município da Marinha Grande (Réu/Entidade Adjudicante), condenado à anulação do acto de exclusão do interessado/Impugnante, Santana & CA, S.A, e ainda, à anulação do acto de adjudicação ao contra-interessado, Lena Construções Atlânticas, S.A proferido no âmbito do concurso público de empreitada de obras públicas designado “Reabilitação do Edifício da Antiga Fábrica de Resinagem da Marinha Grande” e bem assim à anulação dos demais posteriormente praticados no seio deste procedimento concursal.

No entanto, e como resulta da própria natureza do contencioso pré-contratual, nomeadamente no decorrer de uma acção administrativa especial para impugnação de actos administrativos, esta, só tem efeito suspensivo no procedimento concursal impugnado se ocorrer uma de duas situações: ou o impugnante presta uma garantia para esse efeito – cfr. art. 50º nº 2 do CPTA -; ou peticiona a suspensão de eficácia do acto administrativo impugnado em sede cautelar.

Quanto à primeira das hipóteses acima consideradas, verifica-se que a mesma não ocorreu nos presentes autos. Já quanto à segunda, constata-se que efectivamente tal pedido foi apresentado pelo Impugnante Santana & CA, S.A. Contudo, o mesmo veio a ser negado pelo TAF de Leiria, pelo que também por esta via, não viu o procedimento concursal relativo à Reabilitação do Edifício da Antiga Fábrica da Resinagem da Marinha Grande, a sua eficácia suspensa.

De resto, em sede de sentença proferida pelo TAF de Leiria, veio a pretensão do Impugnante a ser considerada improcedente, dado que o acto que motivou a exclusão da

sociedade Santana & CA, S.A, se baseou na jurisprudência que até então vinha sendo proferida pelos Tribunais Superiores.

Na esteira do que vem dito, o procedimento concursal, relativo à Reabilitação do Edifício da Antiga Fábrica da Resinagem da Marinha Grande, seguiu todos os seus ulteriores trâmites, normais em qualquer concurso público.

Assim, seguiu-se ao acto de exclusão do Impugnante, a prática dos seguintes actos procedimentais: notificação da adjudicação da empreitada de obras públicas a todos os interessados concursais; adjudicação da empreitada ao candidato classificado em primeiro lugar, Lena Construções Atlântico, S.A; celebração do contrato de empreitada de obras públicas relativo à Reabilitação do Edifício da Antiga Fábrica da Resinagem da Marinha Grande; execução do contrato de empreitada celebrado.

Com efeito, verifica-se que o procedimento concursal impugnado seguiu os seus normais termos, até à decisão do Supremo Tribunal Administrativo, que veio impor uma realidade jurídica diferente da que se verificava até então. Significa isto que, o contrato adjudicado e celebrado com o concorrente classificado em primeiro lugar começou a sua execução na data estipulada para o seu início.

Desta forma, no momento em que foi decidido impor uma ordem jurídica diferente da que existia, o contrato encontrava-se já em avançada fase de execução. Tal é possível apurar da informação prestada pela Divisão de Obras e Equipamentos Municipais do Município da Marinha Grande, datada de 06.09.2012 — *que ora se junta como Doc. 1 para todos os legais efeitos* (**Anexo 1 da presente ata**).

Verifica-se, portanto, que grande parte das obras de construção projectadas encontram-se já executadas, estando o contrato de empreitada de obras públicas numa fase já muita avançada de execução.

Resulta do exposto, uma impossibilidade absoluta de cumprir o sentenciado pelo Supremo Tribunal Administrativo, pois que uma nova adjudicação torna-se irreal na ordem jurídica existente, por força do contrato actualmente em vigor se apresentar numa fase avançada de execução.

De outra banda, a prática de um novo acto cujo conteúdo move uma nova adjudicação e, portanto, um novo contrato de empreitada de obras públicas, afigura-se **gravemente prejudicial para o interesse público**.

Isto é, a obra já aqui identificada, traduz-se na reabilitação de um edifício com grande significado histórico e inserido em área abrangida pela zona especial de proteção, uma vez que foi, outrora, residência de Guilherme e João Stephens, e, por isso, classificado como

imóvel de interesse público (cfr. Decreto n.º 47508, de 24 de Janeiro de 1967 e Portaria n.º 1069/94, de 7 de Dezembro).

A inclusão do edifício da antiga fábrica da resinagem na zona especial de proteção de um imóvel de interesse público traduz claramente a relevância atribuída aos edifícios aí existentes. Esta qualificação evidencia a importância e **urgência na recuperação do edifício** em apreço. A reabilitação do património histórico edificado constitui um dever imposterável.

O edifício em causa insere-se num conjunto arquitetónico que forma um todo indivisível e que marcou e marca de forma indelével toda a comunidade local e corresponde a uma das últimas intervenções para a sua recuperação integral.

Acresce ainda que, o edifício objeto da presente intervenção encontra-se atualmente devoluto e nessa medida é suscetível de gerar focos de marginalidade e atos de vandalismo.

A sujeição a atos de vandalismo e a contínua e inexorável degradação do imóvel representa um perigo forte e efetivo que afeta a manutenção dos valores patrimoniais e históricos, dado que apresenta um estado de degradação muito significativo. Além disso, a evolução de tal estado de conservação (ou falta dela) tem como consequência necessária um aumento do respetivo custo de reabilitação.

O centro tradicional da Marinha Grande tem registado um abandono muito severo quer de estabelecimentos comerciais, quer de habitação própria. Numa cidade de média dimensão, situada no litoral, a constatação de um abandono contínuo de uma zona central constitui um facto muito preocupante e que impõe a adoção de medidas imediatas. A desertificação do centro tradicional tem de ser travada com a maior urgência, esta circunstância não se compadece com a adoção de um procedimento comum que decorreria por um período de tempo muito prolongado até que se estivesse em condições de outorgar o contrato.

A reabilitação do edifício da antiga fábrica da resinagem visa, a par de outras intervenções de regeneração urbana, dinamizar o tecido económico local e, por essa via, criar condições para o repovoamento do centro tradicional da Marinha Grande. **A recuperação do centro tradicional desta cidade constitui indiscutivelmente uma tarefa integrada no interesse público municipal, que deve ser prosseguido com urgência, tendo em conta a necessidade de atacar quanto antes os motivos que estão na origem da situação descrita.**

Acresce que, o edifício, tendo em conta a sua oferta múltipla e flexível, vai desempenhar um papel fundamental na recuperação do centro tradicional desta cidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 18/09/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 21

Por último mas não menos importante, figura o elevado valor pecuniário da intervenção para Reabilitação daquele edifício.

Tanto assim o é, que só pode ser realizada por estar coberta por um contrato de financiamento (*veja-se o Doc. 2 que ora se junta - **Anexo 2 da presente ata***) que assegura parte significativa desse custo, o que impele à maior urgência na realização das obras, **sob pena de se perder o financiamento comunitário e, ao mesmo tempo, agravar-se acentuadamente a degradação do edifício.**

Note-se que, o financiamento supra referido é concedido sob condição do cumprimento dos prazos de execução da obra, nas suas várias fases, pelo que, qualquer atraso significativo, designadamente o que necessariamente ocorreria perante nova adjudicação, seria susceptível de implicar a sua perda com os graves prejuízos daí decorrentes

A verificar-se a perda supra evidenciada, torna-se inoportável para o Município da Marinha Grande avançar com a empreitada em causa, por carecer de capacidade financeira para assegurar a realização de obra de tamanha envergadura.

Num período tão conturbado como aquele a que assiste na actual conjuntura socio-económica, o contrato de financiamento acima aludido revela-se de extrema importância para o bom cumprimento das obrigações contratuais assumidas e bem assim, para a conclusão das obras de Reabilitação do Edifício da Antiga Fábrica de Resinagem da Marinha Grande.

Atento todo o exposto, é de considerar a invocação de uma causa legítima de inexecução do julgado nos termos do art. 175º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

Tal figura jurídica, afigura-se, de invocação útil no presente caso, pois que a factualidade acima descrita permite alcançar que se está perante uma situação limite excepcional para o não cumprimento de sentenças judiciais.

Acompanhando a Jurisprudência fixada no que a esta matéria diz respeito, pode ler-se em Acórdão do TCA Norte de 05.03.2009, que “ I- A execução das sentenças anulatórias dos Tribunais Administrativos traduz-se na prática dos actos e operações necessários à reintegração efectiva da ordem jurídica violada, mediante a reconstituição da situação actual e hipotética. II- Só constituem causa legítima de inexecução a impossibilidade absoluta e o grave prejuízo para o interesse público na execução da sentença não se bastando a impossibilidade com a mera dificuldade ou onerosidade da prestação, sendo necessário que ao cumprimento se oponha, em absoluto, um impedimento irremovível, e reconhecendo-se o grave prejuízo para o interesse público apenas em situações-limite muito excepcionais de claro desequilíbrio entre os interesses em presença.”

Ou ainda, o Acórdão do TCA Sul de 17.01.2008, quando aí se refere que “*l - O conceito de grave prejuízo para o interesse público, como causa legítima de inexecução de um acórdão, pressupõe a existência de situações excepcionais ou situações - limite, não bastando a simples dificuldade ou onerosidade do cumprimento do julgado.*”.

Assim e considerando os factos e o direito supra referidos é de concluir pela verificação do fundamento de invocação de causa legítima de inexecução do que foi determinado no Acórdão de Revista do Supremo Tribunal Administrativo em que foi recorrente o município de Marinha Grande e recorrida a sociedade Santana & CA, S.A, que determinou a anulação da adjudicação da empreitada de obras públicas denominada “*Reabilitação do Edifício da Antiga Fábrica de Resinagem da Marinha Grande*” porquanto se verifica,

- a) Impossibilidade absoluta de proceder a nova adjudicação atento o estado avançado da execução da empreitada “*Reabilitação do Edifício da Antiga Fábrica de Resinagem da Marinha Grande*”;
- b) Grave prejuízo para o interesse público atenta a importância na realização da empreitada de “*Reabilitação do Edifício da Antiga Fábrica de Resinagem da Marinha Grande*” para o desenvolvimento social, económico e cultural do centro histórico da cidade da Marinha Grande;
- c) Risco de perda de financiamento comunitário concedido para execução da obra em causa por impossibilidade de cumprimento de prazos (31/12/2012).

Pelo que, delibera esta Câmara Municipal invocar, perante a sociedade Santana & CA, S.A, causa legítima de inexecução do sentenciado no aresto do STA, nos termos e para os efeitos dos arts. 175º e 176º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

590 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
18/09/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 21

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram
18:00 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz,
Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do art.º 92º da Lei n.º
169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de
janeiro.

O Presidente

A Secretária da reunião